

GEOMETRIA SAGRADA

Rubi Germano Rodrigues¹

Introdução

Adotamos esse título porque ele remete diretamente ao que tomamos, aqui, por objeto: a ciência usada pelos deuses na criação do universo. Adotamos esse título, também, porque ele, ao conjugar ciência e metafísica, focaliza o único âmbito de conhecimentos no qual resulta possível explicar, racionalmente, o advento de um universo organizado. Nenhum outro conhecimento formalizado, além da Metafísica, consegue explicar o advento de um universo complexo como o nosso, a partir de uma singularidade indivisível de máxima simplicidade, tal como o supõe a Física Quântica². A Física de Einstein, em razão da sua autolimitação ao contínuo espaço-tempo, apenas vislumbra o que se situa a jusante do Big Bang, e a religião, embora se aventure além, ampara-se em verdades reveladas que não demandam explicação racional. Apesar disso, tanto as religiões como os mitos contemplam a criação e expressam esse fenômeno em termos simbólicos e alegóricos, suficientes para os seus propósitos. Tal fato não implica, porém, que expressões alegóricas, religiosas ou mitológicas não contemplem porções de verdade que, virtualmente, possam ser expressas em termos racionais. Foi justamente por acreditar nisso que os gregos clássicos realizaram o esforço de racionalização do conhecimento cosmológico contido nos mitos e lograram gerar a filosofia ocidental de orientação metafísica. A filosofia ocidental nasce, na Grécia Clássica, tendo por objeto uma cosmovisão que explicasse o surgimento e o funcionamento do universo, significando isso que, originalmente, a Filosofia nasce na condição de Metafísica. Mais tarde, na modernidade, a Filosofia vulgariza-se em filosofia da ciência, filosofia da linguagem, teoria do conhecimento e em filosofias de setores restritos de conhecimentos, em movimento que causou certa marginalização da metafísica, em razão de ela não ter conseguido se estabelecer como ciência de rigor realmente instrumental. A jusante desse desvio da filosofia – virtualmente necessário ao amadurecimento inferencial dos homens –, encontramos hoje, vivenciando uma Pós-Modernidade que, para muitos, já se afigura angustiante, anacrônica e insustentável. Em decorrência, a busca de saídas para a crise ensejou a retomada de estudos de metafísica em todo o mundo, principalmente, em razão de uma intuição básica própria do espírito científico predominante: sendo o universo organizado, é necessário e inescapável um índice racional que responda por essa organização. Organização implica ordem, ordem inteligentemente estabelecida. Estabelecida por um princípio ou por uma inteligência ordenadora: uma inteligência capaz de criar organização. Talvez, conhecendo esse princípio, sejamos capazes de produzir organização social mais harmônica ou, no mínimo, menos conflitiva. A retomada da Metafísica impõe-se também por uma razão mais trivial. A Metafísica tem por objeto o ser e a existência. Todo discurso humano, seja científico ou não, refere-se a esse universo que nos comporta, quer contemple o universo como um todo, quer objetive um fenômeno particular qualquer presente nele. Falar de modo consequente, de algo existente no mundo, sem dispor de uma tese sobre a existência, resulta problemático. Sem compreender a existência, afirmar algo sobre qualquer coisa que exista é temerário. Dependendo da situação, pode causar prejuízos irreparáveis, principalmente quando outros resolvem seguir tais sugestões.

A tese básica da Metafísica é, relativamente, simples e apoia-se em um único axioma, o qual assevera que o universo foi criado ou veio a existir em alguma ocasião e de algum

¹ Escritor, pesquisador em Metafísica, membro da Academia Maçônica de Letras do Distrito Federal e mentor do *site* Segundas Filósoficas.

² É curioso que a Física Quântica ainda não tenha denunciado, formalmente, a localidade espaço-tempo que adota, mesmo que já ninguém mais espere poder classificar como partícula, a singularidade básica que ela procura.

modo. Com isso, despreza a solução alternativa de um universo eterno. Essa solução parece ser a mais razoável, tendo em vista que todos os fenômenos presentes no universo comportam-se desta maneira: surgem em dada ocasião, persistem por um tempo e, depois, deixam de ter presença no mundo. Uma vez admitido esse axioma, ele deve ser suficiente, isto é, todas as derivações ou implicações devem ser lógicas e/ou ontologicamente amparadas. A começar pelo fato de que, antes de o universo surgir, existia a possibilidade de que isso viesse a acontecer. Essa possibilidade preexistente indica uma existência não criada que, justapondo-se à existência criada, configura o âmbito da existência em duas instâncias complementares: uma absoluta e ilimitada e a outra relativa e limitada. É tomando essa organização dual da existência como referência que a Metafísica consegue, racionalmente, explicar o advento e a existência do universo limitado ao qual pertencemos. Ela implica um universo relativo que tem por origem necessária uma existência absoluta e ilimitada. Como se observa, essa perspectiva metafísica coincide com a perspectiva criacionista, adotada pelas religiões que postulam ser o universo obra de um deus criador, tal como, literalmente, expressavam as mitologias que antecederam o surgimento da escrita. A Metafísica recepciona as divindades mitológicas, em seu sentido esotérico, isto é, como indicações de leis cósmicas, perenes e universais, geradoras e reguladoras do universo. Confere-lhes, também, *status* sagrado, na intenção de diferenciá-las das obras da criação, sujeitas aos estatutos do tempo. Apesar disso, a metafísica diferencia-se das religiões ao não avançar para além da existência relativa, predicando o princípio absoluto, tal como o fazem as religiões. Ao contrário, a Metafísica convive, tranquilamente, com um princípio, origem ilimitada de todas as coisas, absolutamente indeterminado. Apesar disso, não se opõe nem critica religiosos que, valendo-se de atos de fé, predicam o absoluto tanto porque a percepção da presença de uma instância absoluta na existência constitui operação ontológica formalizada quanto porque percebe que atos de fé são operações mentais ordinárias executadas normalmente por todos. Quando um cientista dedica a vida perseguindo um segredo da natureza, sem qualquer garantia de sucesso, é movido por um ato típico de fé, como demonstram estudos das inferências regidas pela Lógica Transcendental³. A abstinência de criticar atos de fé é fruto do domínio metódico da razão, propiciado pela Metafísica, que não apenas faculta o uso correto dos recursos inferenciais que instrumentalizam a espécie como também define os limites lógicos da razão. Quem desdenha de atos de fé faz isso não amparado em lógica, mas em outro ato de fé. Nada disso sanciona, porém, impor a outros o que obtemos mediante atos de fé, uma vez que estes são atos individuais e privativos de cada consciência.

É compreensível, porém, que tais questões suscitem desconfiças, dúvidas, descrenças e até perplexidades, em razão de não surgirem de nossas experiências ordinárias e cotidianas no exercício da vida, mas de constituírem fruto de percepções mais sutis ou de um maravilhamento diante de magnífica engenharia cósmica, alicerçando e articulando toda a existência, em unidade universal plenamente harmonizada. Essa percepção, ordinariamente, não está à mão do homem pós-moderno, distraído pelo ritmo frenético de mudanças próprio do devir, mas estava bem à vista do homem imperial e mítico, que, diariamente, convivia com os deuses e não iniciava novo empreendimento sem antes rogar-lhes proteção. Não sendo razoável esperar que o científico homem pós-moderno assuma a perspectiva mítica clássica, o que nos resta fazer é mostrar que a criação do universo não foi fruto de imponderável ato mágico divino, mas fruto natural das mesmas matemáticas que, hoje, embasam a ciência contemporânea. Nada muito original, os gregos clássicos já entendiam que, mesmo tendo sido criado pelos deuses, estes tiveram de obedecer às matemáticas, para que a criação fosse boa e bela. Nessas condições, o que objetivamos neste trabalho é mostrar em que medida a ciência

³ A nossa compreensão da Lógica Transcendental começou com estudos da fenomenologia de Husserl (RODRIGUES, 1993), avançou em perspectiva epistemológica (RODRIGUES, 1999, p. 107-118), evoluiu com a perspectiva metafísica (RODRIGUES, 2016, p. 266-312) e se expressa, atualmente, em teoria metafísica do conhecimento (RODRIGUES, 2017, 2018), sem a mínima pretensão de esgotamento do tema.

estabelecida sanciona o axioma básico da Metafísica e suporta, a partir dele, a construção dos fenômenos complexos que percebemos presentes no mundo e, em última instância, o próprio universo.

A caracterização geométrica da existência absoluta

Quem pela primeira vez defendeu, formalmente, no Ocidente, que a existência comportava uma instância absoluta e uma instância relativa foi Pitágoras. Rigorosamente, na sua busca pelos princípios fundantes do universo, ele objetivou, diretamente, não as instâncias absoluta e relativa em si mesmas, mas as suas naturezas, às quais identificou como *ilimitada* e *limitante* (Pl. Phlb. 16c11-13). Embora ele não tenha se referido a âmbitos da existência – o que exigiria o uso dos termos ilimitado e limitado –, a percepção de duas naturezas distintas e inconfundíveis implica, em termos geométricos, o mapeamento da existência em dois âmbitos correspondentes. Dado que ele estava atrás de princípios capazes de explicar, racionalmente, a geração do universo e que estava situado dentro de uma cultura mitológica que conectava intensamente os homens aos deuses da criação, contrapondo a precariedade humana com a perfeição divina, superar os fatos – o território – e buscar as causas – a natureza – que patrocinavam essa desigualdade configuram indagação que cabe ser saudada como a grande façanha intelectual fundadora da perspectiva metafísica.

A justaposição de uma natureza ilimitada e de uma natureza limitante define o território conceitual capaz de oferecer, para espíritos matemáticos, explicação racional para o advento de um universo que teve começo. Para tanto, obviamente, será necessário, de algum modo racional, caracterizar tanto essa natureza ilimitada como essa natureza limitante. Começando pela natureza ilimitada, constata-se que o espírito matemático grego resolveu a questão, na voz de Platão. Este esclareceu, em seu diálogo Parmênides, que o ilimitado não poderia ter nem limites internos nem limites externos. Essa sentença leva, necessariamente, a um único resultado, mas Platão, como de costume, em razão de sua estratégia didática, nunca entrega o peixe aos seus alunos, no máximo, fornece a linha e o anzol. A sentença, claramente geométrica, encontra solução na figura plana do círculo, cujo limite interno é determinado pelo raio e cujo limite externo é determinado pela circunferência. Quando se diminui o raio – o limite interno –, a circunferência – o limite externo – diminui proporcionalmente, de sorte que, quando o raio se torna nulo, o limite externo também desaparece, e o que resta é a figura geométrica do ponto, definido, formalmente, como lugar no espaço desprovido de dimensão.

Essa solução platônica de indicar, geometricamente, não virtual conteúdo existencial ilimitado, mas somente o âmbito existencial demandado pela existência ilimitada configura não apenas solução apropriada, mas solução necessária e, em última instância, a única solução possível. Um adimensional apenas pode ser contemplado pela razão. Mesmo quando se focaliza o ponto geométrico, não a representação de um ponto no papel, mas o ponto como local desprovido de dimensão, observa-se que, não apenas visual, mas também mentalmente, nada se vislumbra, o que implica admitir que, se ali existe algo, trata-se, sem dúvidas, de algo absolutamente indeterminado: algo situado além do alcance da nossa razão. O ser humano, fruto da natureza limitada, recebeu a dádiva da inteligência e certa capacidade de entendimento, ambas determinadas, como tudo o mais, pela natureza limitante. Essa capacidade de entendimento permite-lhe, virtualmente, compreender a compleição da própria natureza limitante e dos seus produtos, mas não pode lhe conceder compreensão do que se situe além do seu âmbito de atuação ou além da sua natureza. Por isso, quando focalizamos um âmbito adimensional, ainda que se suponha cabível ali uma existência absoluta, nada vislumbramos além da mais absoluta indeterminação. Sem a menor possibilidade de predicar o ilimitado, o que podemos fazer para alimentar a nossa compreensão, para além da amplitude, é utilizar o que conhecemos do mundo relativo, tal como o fato de ele ser limitado, e, tendo em conta que limitado e ilimitado são antípodas, supor que essa oposição diametral se estenda a outros aspectos, entendendo, por exemplo, que, sendo esta existência relativa, a oposta

constitua uma existência absoluta, tal como o exige o axioma único da Metafísica. Nesse contexto, é preciso extremo cuidado para não ultrapassar o que é estrutural à condição adimensional do ilimitado e avançar por sua predicação, tal como as religiões o fazem. Embora pareça razoável e lógico entender que atributos absolutos sejam inerentes a uma existência absoluta, cumpre lembrar que as lógicas são relativas e não visam ao absoluto. Diferente é o caso de considerar o ilimitado como absolutamente estático, uma vez que qualquer movimento o determinaria e, além do mais, a amplitude adimensional não possibilita movimento. Com isso, podemos usar a oposição diametral em sentido inverso e compreender que a existência limitada se caracteriza pelo movimento, sendo improvável e, virtualmente, impossível encontrar, no seu âmbito, algo rigorosamente estático. O mundo relativo caracteriza-se pelo movimento (existencial).

Em resumo, apesar de ser impossível predicar a existência ilimitada, resulta possível estabelecer, racionalmente, que lhe cabe, na existência, amplitude adimensional e, como tal, resulta também possível identificar condições que são estruturais a essa amplitude. Sem pretensão de esgotar: não sujeição aos estatutos do tempo, absoluta indeterminação, absoluta imobilidade, simplicidade absoluta, indivisibilidade e princípio absoluto de toda a existência limitada. Dessa caracterização da existência absoluta como sendo adimensional, cumpre destacar que, a par de configurar-se como princípio necessário da Metafísica, para explicar o advento do mundo relativo, a existência absoluta também é requerida para fundar as ciências da forma, do movimento e da quantidade, as chamadas ciências exatas que amparam as demais ciências, as quais são, ordinariamente, designadas de Geometria, Lógica e Matemática. O ponto constitui o elemento inaugural da geometria euclidiana. A condição estática constitui o antecedente necessário do advento do movimento, e nossos estudos qualificam as lógicas como sendo movimentos inferenciais correspondentes aos movimentos existenciais que configuram a existência relativa. O conceito de unicidade, conforme amplamente discutido por Platão, que o identificou por uno, constitui o antecedente necessário do primeiro dos números da série dos números naturais e, conseqüentemente, de toda a quantificação. Sendo o ponto a posição estática e o uno elementos igualmente necessários, que antecedem a manifestação respectiva, no âmbito da existência relativa, tanto a Geometria como a Lógica e a Matemática deitam raízes transcendentais e revelam-se francamente compatíveis com a perspectiva metafísica. Em suma, mesmo que a existência ilimitada permaneça absolutamente indeterminada, atribuir-lhe uma amplitude adimensional não apenas revela e justifica atributos absolutos que são estruturais a essa amplitude – uno, ilimitado, indeterminado, estático, indivisível –, sem que, para isso, precisemos predicar, diretamente, a existência absoluta, como também revela-se conveniente às ciências da quantidade, do movimento e da forma, ao lhes fornecer fundamentos igualmente transcendentais.

A caracterização do movimento transcendental

Estando em pauta uma natureza absoluta e uma natureza relativa – que, de algum modo, daquela decorre –, resta necessário esclarecer como se dá a passagem do absoluto para o relativo. O caráter adimensional da natureza absoluta lhe impõe absoluta imobilidade, de sorte que não cabe lhe atribuir qualquer ação. De outro lado, caracterizando-se a natureza relativa como movimento, a conclusão mais evidente é que algo existente que se encontrava absolutamente imóvel ou meramente potencial movimentou-se. Uma vez que essa absoluta imobilidade se dá em âmbito existencial adimensional que não admite movimento, resulta conclusivo que o movimento se dá no âmbito existencial relativo que admite movimento, fato que indica ter havido passagem do absoluto para o relativo, envolvendo algumas implicações básicas que precisam ser destacadas. Primeiro que, não sendo possível ação no âmbito absoluto, essa passagem apenas pode ser explicada como transcendência, como movimento transcendental, que constitui um padrão de movimento, existencial e inferencial, formalizado, o qual dispensa ação por parte da origem, mas provoca, revela, percebe ou acusa o surgimento

e o desaparecimento de presenças no âmbito relativo. O movimento transcendental é regulado pela Lógica Transcendental, e entender esse movimento requer o estudo dessa lógica, cujo momento mais apropriado não é aqui, mas depois da caracterização geométrica do âmbito relativo, na discussão dos modos de ser que compõem a realidade. Por ora, basta usar um exemplo para evidenciar o seu padrão operativo. Quando reunimos dois átomos de hidrogênio a um átomo de oxigênio, em condições adequadas, fazemos surgir uma molécula de água. Um observador situado no plano existencial das moléculas perceberia o surgimento de uma nova molécula. Da mesma forma, na eventualidade de a organização da molécula romper-se, o observador viria a molécula desaparecer sem deixar rastros naquele plano. Instado a testemunhar, o observador diria que viu uma molécula de água surgir na existência, como que vinda do nada, e, depois, da mesma forma, desaparecer. Nesse caso, o observador realizou inferências patrocinadas pela Lógica Transcendental: percebeu o surgimento da molécula, percebeu a sua presença por algum tempo e, depois, percebeu o seu desaparecimento. Observe-se que, em nenhum dos três momentos dessas inferências, o observador contempla ou vislumbra a origem ou o destino da molécula nos movimentos de surgir e de desaparecer. A mente não consegue vislumbrar essa origem e esse destino, porque eles transcendem o âmbito da consciência e da realidade considerada. Daí o nome transcendental do movimento objetivo da molécula e do movimento inferencial patrocinado pela lógica. Como se observa, esse tipo de inferência opera nos limites da consciência que não consegue ultrapassar, mas de onde, por vezes, surgem presenças, como ainda veremos em sucinto estudo da Lógica Transcendental. Movimentos transcendentais, sejam objetivos ou sejam subjetivos, constituem movimentos ordinários comuns no dia a dia e fazem parte da experiência de todos. Se não percebêssemos presenças, esbarraríamos nas coisas.

O segundo aspecto a destacar referente à passagem do absoluto para o relativo é que, embora a origem seja transcendental ao âmbito limitado da existência, tendo essa origem amplitude adimensional, parece prudente entender que aquilo que transcende tenha também amplitude adimensional, mas, como se encontra em movimento, manifesta-se existente com amplitude unidimensional. A Geometria ajuda a entender isso. A reta é obtida pelo deslocamento de um ponto em dada direção. Sendo o ponto adimensional, a reta ideal resulta não ter espessura, configurando, assim, o elemento mais simples da geometria como elemento de uma dimensão: a dimensão do sentido de deslocamento do ponto. Observe-se que esse adimensional em movimento, representado pela reta, continua sendo indivisível, apesar de estar presente na instância limitada, o que implica entendê-lo como constituindo uma unidade limitada. O mesmo ocorre no âmbito quantitativo, em que o número um, que inaugura a série dos números naturais, exige como antecedente ontológico o conceito de unicidade que Platão designou de uno. Platão entendia que tudo no universo era determinado pelo número e, por isso, generalizou esse conceito e passou a entender que o uno era a origem transcendental de todas as coisas e de todos os fenômenos manifestos no mundo. De qualquer forma, neste momento, interessa-nos a constatação de que o movimento transcendental produz unidades: ou a manifestação de uma nova presença no mundo ou a percepção de uma nova presença na consciência. Os estudos da Lógica Transcendental permitem afirmar que apenas o movimento transcendental – e nenhum outro – produz unidades e, igualmente, que desse padrão de movimento apenas resultam unidades (RODRIGUES, 1999, p. 107-118; RODRIGUES, 2016, p. 266-312).

Platão designou a unidade que transcende do absoluto por *ser*, e, dado que tudo o que existe no mundo relativo, inclusive o próprio universo, possui essa mesma origem, o termo *ser* pode ser aplicado a tudo o que existe e nos faculta entender, tal como o fazemos ordinariamente, que tudo o que existe possui um *ser*. No caso humano, vamos perceber a presença desse *ser* como intelecto operador da nossa consciência e gerador dos nossos pensamentos, razão pela qual nos identificamos com esse *ser* e concluímos que, em última instância, somos esse *ser* interior que, por trás dos nossos olhos, medita. Na verdade, o nome que nos identifica em sociedade indica esse *ser* que é o mesmo em toda a nossa vida e não

designa a parte de nós que muda constantemente da infância à velhice. Aqui, em particular, referimo-nos a esse ser na condição de unidade que, transcendendo do ilimitado, estabelece presença unitária no plano relativo, na condição de movimento existencial. Esse ser emerge energizado com movimento, em âmbito caracterizado pelo movimento, sujeito a uma natureza caracterizada pelo movimento que, embora, segundo as lições de Pitágoras, ofereça limites à atuação do ser, pois se trata também de uma natureza limitante, não oferece, porém, qualquer obstáculo ao movimento existencial do ser. A manifestação do ser pode enfrentar obstáculos outros da natureza limitante, menos quanto ao seu movimento existencial. Com isso, parece-nos adequado entender esse ser unidimensional de máxima simplicidade como ser-energia, posto ser ele munido de impulso existencial ilimitado que não encontra resistência e não pode ser contido. Com essas observações, podemos destacar os demais aspectos relevantes da transcendência do ilimitado para o limitado. Dado, por um lado, que o ser que nessas condições emerge constitui unidade de máxima simplicidade e o universo que habitamos configura organização extremamente complexa, compreendendo uma diversidade incontável de fenômenos, resta claro que o impulso existencial ilimitado do ser, em termos operacionais, configura um impulso ilimitado para a complexidade organizativa. Dado, de outro lado, a diversidade fenomênica presente no mundo, resta evidente que essa diversidade exige que todos os fenômenos, independentemente das suas complexidades organizativas, sejam limitados e fechados em unidades, isto é, sejam configurados na forma de totalidades complexas feitas de partes. Sem esse fechamento não haveria diversidade. Dado, por uma terceira parte, que todos os fenômenos presentes no mundo possuem organização complexa fechada na forma de totalidade, resta necessário admitir que um ser-energia, de apenas uma dimensão, somente pode estabelecer-se na existência relativa, constituindo a totalidade que lhe cabe edificar.

Em consequência, podemos concluir que o movimento transcendental que gera o ser unitário e indivisível, acima mencionado, não gera direta e imediatamente existência em ato no mundo relativo, gera apenas um ser de pura potência, uma energia potencial munida de um impulso ilimitado para a complexidade, capaz de produzir organização complexa fechada na forma de totalidade, esta, sim, configurando existência relativa em ato. Para tanto, o ser precisa cumprir o percurso ontológico que se estende da sua simplicidade original até a complexidade organizativa – na forma de totalidade –, capaz de instalar um ente factual em meio à diversidade fenomênica do mundo.

A caracterização geométrica da existência relativa

Pelo exposto no subtítulo anterior, depreende-se que, entre a natureza ilimitada e a natureza limitada, permeia não apenas movimento transcendental, mas também percurso edificante de organização que culmina em organização na forma de totalidade. Esse percurso é designado ontológico, uma vez que ele antecede a manifestação da presença do fenômeno no mundo. Ontológico indica essencialidades que antecedem a existência manifesta e, ao mesmo tempo, suportam os fenômenos na existência. Isso significa que a perspectiva metafísica entende que toda existência que manifesta presença em nosso universo assenta-se e sustenta-se na existência amparada por estrutura ontológica que lhe é essencial. Essa estrutura essencial constitui-se, segundo a natureza limitante indicada por Pitágoras, ao postular os dois princípios básicos edificadores do universo: o ilimitado e o limitante. Ou seja, tudo o que existe no mundo relativo é determinado pela natureza da existência limitada, o que, por óbvio, não podia ser diferente. Como essa estrutura essencial tem por começo a transcendência de um ser unidimensional e se estende até moldar um ente ou fenômeno na existência organizado na forma de totalidade complexa feita de partes, podemos entender a natureza limitante como sendo uma *inteligência criativa* que, energizada pelo ser, gera organização, na forma de totalidade. Essa organização, por seu turno, sendo totalizante, constitui, igualmente, uma totalidade organizante, que articula e organiza, inteligentemente, os conteúdos ou as partes integrantes, de tal sorte que o fenômeno por ela moldado seja o que é e não seja algo distinto,

garantindo, adicionalmente, que o fenômeno se mantenha como tal. Dada a função de moldar o fenômeno gerado, podemos entender a totalidade organizante como sendo uma *inteligência organizativa* que, inteligentemente, reúne, articula, molda e determina o fenômeno – no momento em que este manifesta presença no mundo – e que, por extensão, molda tudo o que existe em ato em nosso mundo relativo.

Com esses três conceitos, a Metafísica disponibiliza concepção geral sobre a existência dotada da simplicidade esperada para princípios fundantes: o *ser-energia*, munido de um incontível impulso para a complexidade, regido e condicionado pela *inteligência criativa* da natureza, gera *inteligência organizativa*, na forma de totalidade complexa – feita de partes – que constitui o modo de ser admitido em nosso universo⁴.

Como se observa, o percurso ontológico gerador da existência em ato, em nosso universo, estende-se da unidade indivisível, de máxima simplicidade, do ser até a totalidade unitária e complexa do ente. Em termos quantitativos, estende-se do um indivisível ao um, totalidade complexa feita de partes – aspecto quantitativo amplamente discutido por Platão, no diálogo Filebo, ao perguntar como a unidade pode ser tanto una e indivisível como também complexa feita de partes (Pl. Phlb. 14d-e). Em termos de forma, estende-se do ponto à esfera, que são as duas formas geométricas correspondentes a essas duas unidades. No Timeu, Platão confere ao universo forma esférica (Pl. Tim. 33b-c), com superfície lisa, posto que o universo deve bastar-se a si mesmo, dispensando existir algo exterior a ele. No centro, colocou uma alma inteligente que se estende, ordenando, a todos os pontos equidistantes da esfera e a envolve em inteligência (Pl. Tim. 36e), de sorte que a materialidade esférica resulta envolvida por um alo de inteligência. Essa descrição alegórica, aliada à sua definição de ilimitado, já discutida, atesta o acordo de Platão quanto à caracterização geométrica do percurso ontológico, colocando nos seus extremos duas unidades: o ponto e a esfera.

Essa solução permite colocar a questão ontológica que estamos enfrentando em termos espaciais, supostamente familiares ao homem moderno, sem perda do objeto. A pergunta parece simples: como se faz para converter um ponto em uma esfera? Fizemos essa pergunta para alguns adultos e observamos que eles encontravam dificuldade para oferecer resposta. Curiosamente, porém, minha neta de cinco anos não titubeou: “faz o ponto crescer!”⁵. Essa sugestão indica o sentido geral de solução que se impõe, e a Geometria, como ciência da forma, permite formalizar o percurso, dado que parte do ponto, que permite traçar retas e culmina na esfera, que representa a perfeição da forma. A geometria euclidiana estende-se do ponto à esfera, e as geometrias não euclidianas tratam de condições geométricas particulares da superfície da esfera, nos seus sentidos côncavo e convexo, de sorte que, entre ponto e esfera, situa-se o espaço de possibilidades da ciência da forma designada Geometria⁶.

Contemplando as figuras geométricas, ordenadas do simples para o complexo, do mesmo modo como a Tabela Periódica de elementos ordena os átomos, verificamos que, a partir do ponto, o primeiro elemento mais complexo é o segmento de reta, já que nossa razão não opera elementos ilimitados, como seria uma reta ideal. O segmento de reta resulta delimitado por dois pontos, digamos A e B. Na busca por complexidade, impõe-se colocar um terceiro ponto adicional C, fora da reta, o qual poderia, em tese, ocupar qualquer das infinitas posições disponíveis fora da reta. Ocorre, porém, que um terceiro ponto situado fora da reta

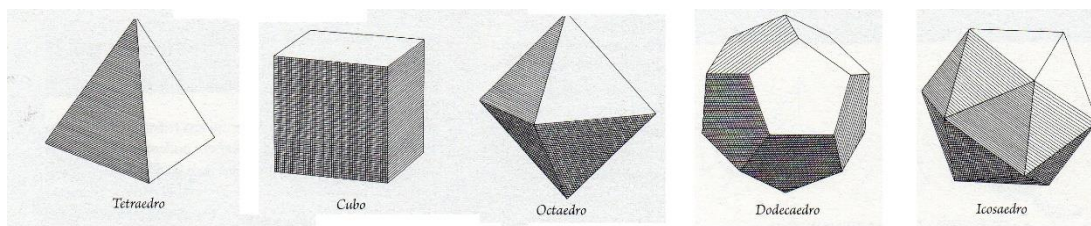
⁴ Essa formulação é nossa, mas a concepção já está presente na obra de Platão. Inteligência organizativa corresponde ao visado por Platão em sua teoria das ideias ou das formas. Inteligência criativa indica o modelo usado pelo artesão/demiurgo, no diálogo Timeu, para confeccionar o universo, e corresponde à sua teoria dos princípios, não explicitada formalmente nos diálogos e indicada, modernamente e igualmente, por Aristóteles, por doutrinas não escritas de Platão.

⁵ Essa experiência me fez pensar que ela merece ser repetida, de modo sistematizado, para que se entenda as razões dessas dificuldades adultas e dessa facilidade infantil.

⁶ Platão observa, no Timeu, que o termo *geometria* não era adequado para indicar a ciência da forma usada pelos deuses na construção do universo.

define e exige a amplitude do plano, e este contempla a simetria como característica fundamental. Se a reta revelou-se unitária por ser capaz de comportar um ser, o plano admite infinitas retas e oferece amplitude para a presença de infinitos outros seres. A presença do outro possibilita a diferença, e esta pode envolver diferentes graus de simetria, inclusive ser perfeitamente simétrica, tal como o indicam, por exemplo, direita e esquerda. Considerando o contexto da simetria, existe apenas uma posição de máxima simetria aos pontos A e B, na qual cabe colocar o ponto C. O resultado é conhecido como triângulo equilátero, que possui três lados e três ângulos iguais, propriedades estas que, justamente, evidenciam a simetria.

Caso continuemos no processo de complexificação da forma, acrescentando sempre mais um ponto, na posição de máxima simetria, observaremos que o posicionamento do quarto ponto D bifurca o caminho de complexificação da forma em dois sentidos. Mantendo a complexificação no plano, obtemos o quadrado, depois, o pentagrama e assim por diante, até o limite representado pelo círculo. Saindo fora do plano, o quarto ponto D encontra um único ponto de máxima simetria, restando configurado o tetraedro, que tem quatro faces, quatro ângulos e seis arestas iguais e inaugura uma série de figuras volumétricas de grande simetria, designada de poliedros regulares. Os poliedros regulares, também identificados como sólidos platônicos, são cinco: o tetraedro, com quatro faces iguais; o quadrado, com seis; o octaedro, com oito; o dodecaedro, com doze; e o icosaedro, com vinte – três deles, com faces triangulares, e os outros dois, um com faces quadradas e o outro com faces pentagonais.



Todas essas figuras são de grande simetria e tendem para a forma da esfera que os contém a todos e que também é considerada como poliedro regular de infinitas faces, em razão de todos os pontos da sua superfície estarem equidistantes do seu centro, e assim configurar a forma perfeita e o limite evolutivo da forma.

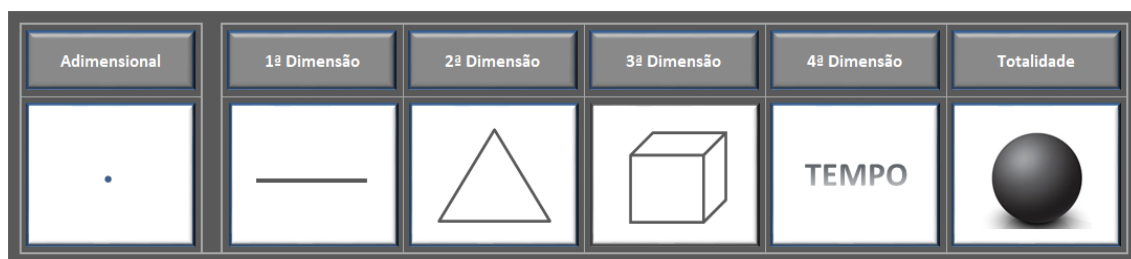
Com isso, conclui-se ser esse segundo caminho de complexificação – que parte do ponto, passa pelo triângulo equilátero e, depois, pelo tetraedro e pelos demais poliedros regulares – o caminho natural que culmina na esfera. Admitindo-se que o universo tenha sido gerado com observância das matemáticas, partindo de um ponto singular unitário de máxima simplicidade e se estendendo até o limite evolutivo da forma, em configuração de esfera, parece razoável esperar que, de algum modo, o segundo caminho de complexificação das formas geométricas, acima descrito, constitua referência privilegiada, indicativa de como a existência relativa edifica-se.

Na exploração dessa suposição, cumpre distinguir a geometria profana, que trata das formas limitadas, da geometria sagrada, que trata da criação. A geometria profana, de uso ordinário, parte da unidade da reta e estende-se até moldar a esfera, enquanto a sagrada precisa estender-se além disso e contemplar o princípio ilimitado bem como toda a extensão da existência relativa em ato. Dado que a única caracterização do ilimitado que conseguimos foi determinar a sua amplitude adimensional, apenas uma geometria dimensional indicativa da amplitude existencial do universo pode especificar o percurso criativo cumprido pelo ser na geração da inteligência organizativa que molda os fenômenos, na forma esférica de totalidade. Com isso, cumpre entender que a reta explicita amplitude existencial de uma dimensão, entender que o triângulo equilátero demanda e configura amplitude existencial de duas dimensões e entender que a esfera configura e expressa amplitude existencial de três dimensões. Essas três dimensões, como se sabe, não comportam toda a realidade. Resulta

indispensável, ainda, uma quarta dimensão correspondente ao tempo – como defendido por Einstein e já indicado por Platão – e uma instância de totalidade, configurada pela inteligência organizativa, para fechar e completar a descrição do percurso ontológico.

Desse modo, logra-se mapear todo o âmbito da existência com um mesmo critério dimensional, que distingue as diferentes amplitudes existenciais envolvidas. Organiza-se o percurso ontológico cumprido pelo ser na edificação da existência em ato. Especifica-se, em termos de amplitude dimensional, a ação limitante que a natureza impõe ao poder expansivo do ser, em seu ímpeto de ser. Caracteriza-se, em termos de amplitude dimensional, diferentes conteúdos ontológicos que precisam ser produzidos e somados, cumulativamente, até que a inteligência organizativa reúna tudo em uma totalidade fechada em unidade, e, assim, nova presença se estabeleça na existência. Finalmente, caracteriza-se, também dimensionalmente, o poder normativo e determinante que a inteligência criativa exerce, configurando a existência na forma de totalidade, obtida, ontologicamente, de modo cumulativo.

Com essa caracterização geométrica da existência relativa, logramos formalizar, em termos racionais, o percurso ontológico que precisa ser cumprido para que singularidade de máxima simplicidade – representada pelo ponto – seja convertida em totalidade complexa existente em ato – representada pela esfera. A diferença geométrica entre o ponto e a esfera é a amplitude, e o critério dimensional permite formalizar as diferentes amplitudes envolvidas. Com isso, podemos esboçar, esquematicamente, modelo dimensional indicativo do âmbito total da existência e do percurso ontológico que, no plano relativo, suporta a existência em ato.



Na interpretação desse esquema, cumpre considerar as observações feitas quando diferenciamos a geometria sagrada, que precisa abranger a existência em toda a sua extensão, da geometria profana, que se limita à terceira dimensão⁷. Dado que, em termos existenciais, a realidade se estende a uma quarta dimensão do tempo e a uma instância de totalidade correspondente à inteligência organizativa, cumpre entender tanto o tempo como a inteligência organizativa como camadas existenciais que, à semelhança da atmosfera da Terra, envolvem a crosta material – tridimensional – da esfera. Por esse motivo, resulta mais adequado considerar, geometricamente, a inteligência organizativa como sendo a superfície da esfera existencial. Assim, no esquema acima, a figura da esfera, indicativa da totalidade, deve ser entendida como representação da superfície da esfera, um detalhe fundamental na devida consideração dos conteúdos existenciais correspondentes às cinco instâncias que o esquema destaca e distingue.

Esse esquema instrumentaliza-nos com um modelo referencial indicativo da configuração geométrica da existência. Ele não nos informa como uma partícula atômica ou um átomo resultam criados. Ao que tudo indica, os átomos são criados no interior das estrelas, sob condições obscenas de pressão e de temperatura, que a Física Quântica tenta desvendar. Apesar disso, o modelo dimensional classifica e revela as diferentes amplitudes que, de algum modo, o processo criativo precisa cumprir para gerar existência em ato, no mundo relativo e, assim, potencializa certo grau de compreensão pertinente desse processo. Qual seja esse grau de

⁷ Preferimos a figura do cubo em lugar do tetraedro para representar a tridimensionalidade do espaço.

compreensão, veremos ao analisar os modos de ser correspondentes às instâncias destacadas. Como modelo referencial, o esquema indica, de um lado, o desdobramento de crescentes amplitudes, potencializando organização crescentemente complexa do ser-energia, que evolui, de ponto à esfera ou de unidade indivisível à totalidade complexa feita de partes, em decorrência do seu impulso para a complexidade. De outro lado, o esquema indica cinco amplitudes existenciais distintas, que moldam e determinam tanto cinco modos de ser como cinco padrões de movimento, que são privativos de cada instância. Há um modo de ser de uma dimensão, um modo de ser de duas dimensões, um modo de ser de três dimensões, um modo de ser de quatro dimensões e um modo de ser totalidade. Dado que o ser se manifesta como movimento existencial, cada modo de ser configura um padrão privativo de movimento, típico de cada amplitude, uma vez que é por ela determinado, de sorte que cada instância comporta um modo de ser e um padrão de movimento, precisamente correspondentes. São, rigorosamente, duas faces da mesma moeda. Por um terceiro lado, cumpre destacar que o processo criativo se inicia com um movimento transcendental – passagem de ilimitado para ser unidimensional – e culmina em outro movimento igualmente transcendental – passagem de ser tetradimensional para ser totalidade. Nesse processo, as quatro instâncias dimensionais são ontológicas, e a instância de totalidade constitui existência em ato. Apenas esta manifesta presença no mundo e pode, eventualmente, ser percebida por capacidade perceptiva apta. Apesar disso, dado o processo ser cumulativo, todos os modos de ser ontológicos estão presentes na totalidade determinada pela inteligência organizativa, de sorte que o conhecimento pleno de um ente manifesto no mundo requer não apenas o conhecimento da inteligência que o determina como totalidade unitária, mas também o conhecimento das essencialidades ontológicas que sustentam essa totalidade. Com isso, resta eventualmente configurado um programa de ação para uma ciência do existente, situada para além de uma ciência da matéria.

Cabe, ainda, destacar que, frente a um universo ordenado do simples para o complexo, tal como o evidencia a Tabela Periódica de elementos, cujos componentes básicos são sempre os mesmos, variando a quantidade e a organização (inteligência organizativa) e gerando realidades (átomos) de propriedades exclusivas e diferenciadas, o modelo ontológico apresentado, ao gerar organização e complexidade superior, valendo-se de um movimento transcendental possibilitado por essencialidades ontológicas, configura possivelmente a única solução gerativa capaz de responder universalmente por todos os fenômenos existentes, de partículas atômicas à galáxias. Nesse sentido, a inteligência criativa modelada apresenta-se como estrutura básica que se replica ao infinito⁸, sem evidenciar limite para o processo de complexificação, uma vez que é acionada por um ser cujo movimento existencial não encontra obstáculos – uma solução econômica digna de genialidade divina, ainda que, como vimos, mera propriedade estrutural da inteligência criativa da natureza.

A caracterização dos modos dimensionais de ser e de pensar

Entendemos ter alcançado, com o descrito no título anterior, o propósito básico deste trabalho de mostrar que a edificação da existência limitada, em perspectiva metafísica, pode ser explicada de modo racional, contando apenas com os recursos da geometria, capitalizando as sugestões de Platão a respeito do tema. O trabalho ficaria incompleto, porém, caso se omita que a estrutura dimensional da inteligência criativa, além de valer-se da Geometria, contempla igualmente Matemática e Lógica e não se inclua, no texto, alguma notícia sobre a nova leitura da realidade que o modelo propicia, evidenciando, assim, a sua utilidade.

⁸ A figura fechada do plano dotada de cinco lados iguais – o pentagrama – representa uma forma que se replica ao infinito, dado que, unindo, com retas, os seus ângulos internos, obtêm-se, no centro, outro pentagrama invertido, e isso pode ser replicado indefinidamente. Pensamos que decorria dessa propriedade a importância que a Escola de Pitágoras conferia ao dodecaedro.

Em sentido quantitativo, comportando a reta um ser unitário, resta evidente que a segunda dimensão comporta infinitos seres, a terceira, infinito ao quadrado e a quarta, um número infinito ao cubo de seres. Com isso, na segunda, na terceira e na quarta dimensões, embora horizontalmente se ofereçam sempre infinitas alternativas, o limite que se oferece à manifestação do ser e que precisa ser superado é o limite da amplitude, implicando, no caso da quarta, a transcendência do dimensional para a totalidade. Dado que o processo parte da unidade e culmina em unidade, parece que o processo se desenvolve sob a dupla tensão da unidade e do infinito. Tensão essa que, virtualmente, apenas uma matemática de múltiplos graus de infinidade consiga esclarecer. Menos complicada é a chamada Década Sagrada de Pitágoras, expressa na forma: $[1 + 2 + 3 + 4 = 10]$. Era sobre a Década Sagrada que os iniciados juravam fidelidade, ao serem admitidos na escola. Não se conhece registro antigo revelando textualmente o seu significado⁹, mas, tomando o sistema decimal como referência, constata-se ser essa a equação mais simples que determina a primeira dezena do sistema decimal, sistema no qual, conhecida a primeira dezena e a regra de replicação, obtêm-se acesso a todo o universo quantitativo, da mesma forma que o modelo dimensional da inteligência criativa replica-se para formar toda inteligência organizativa do universo. Sabemos que o sistema decimal não estava presente na Grécia Clássica e que essa equação, virtualmente, indicava outra coisa central no conhecimento cultivado na escola. Nossa melhor hipótese é que a equação indicava a estrutura do limitante de Pitágoras, isto é, expressava, em termos matemáticos, a inteligência criativa acima especificada em termos geométrico-dimensionais, uma vez que a estrutura da equação corresponde exatamente à estrutura dimensional e isso não pode ser tomado como mero acaso.

Em sentido lógico, cumpre lembrar que, ao discutirmos a estrutura, constatou-se que cada amplitude dimensional determinava um modo peculiar de ser e igualmente um padrão específico de movimento. Ora, sendo essa estrutura expressão da natureza limitada e geratriz de toda a existência, torna lícito entender que ela também seja a estrutura geratriz da faculdade humana de pensar. Com isso, aos cinco modos de ser que se somam no plano objetivo para instituir uma existência em ato correspondem cinco modos de pensar no plano subjetivo, configurando a faculdade humana de pensar. Admitindo-se, como ordinariamente se faz, que lógica constitua lei do pensamento, resulta que a cada modo de ser corresponda um modo de pensar regido por uma lógica específica que é definida como padrão de movimento inferencial, exatamente idêntico ao movimento existencial correspondente. Dessa forma, o modelo dimensional, ao estabelecer correspondência *a priori*, entre sujeito e objeto, fornece as bases para uma teoria metafísica de conhecimento (RODRIGUES, 2017/2018) que, formalizando os recursos inferenciais disponíveis à espécie, faculte o uso metódico da razão e agilize o amadurecimento inferencial dos humanos.

Uma vez explicitada a composição lógica, geométrica e matemática do modelo dimensional, o que resta fazer, visando à utilidade do modelo, é uma indicação mínima de conteúdos típicos das instâncias dimensionais, em termos objetivos e subjetivos, de tal forma que o leitor também possa formar ideia sobre o valor instrumental do modelo.

No aspecto subjetivo, nossos estudos ensejaram denominar as cinco lógicas por: Lógica Transcendental, Lógica da Diferença, Lógica Clássica ou Sistêmica, Lógica Dialética ou da História e Lógica Holística ou da Totalidade. Tomamos conhecimento dessas cinco lógicas por intermédio do filósofo brasileiro Luiz Sergio Coelho de Sampaio, que as designou, respectivamente, de Lógica da Identidade, Lógica da Diferença, Lógica Formal, Lógica Dialética e Lógica Hiperdialética (SAMPAIO, 2002). Sampaio era um matemático refinado, e não logramos acompanhá-lo em todas as suas formulações, mas, curiosamente, ele também se valia de um alicerce geométrico, na identificação das lógicas. A diferença era que, em lugar de lançar mão de dimensões, ele usou também a evolução das formas geométricas, mas, em lugar de colocar

⁹ Para estudos detalhados de como a antiguidade clássica grega enfrentou as questões matemáticas, recomendamos o trabalho da Dra. Elisabetta Cattanei, indicado nas referências, que, cuidadosamente, cataloga as passagens relativas presentes nos principais textos clássicos.

o quarto ponto D, fora do plano, ele o colocou no plano, formando o quadrado, e só então colocou o quinto ponto fora do plano, formando a figura da pirâmide de base quadrada. Isso posto, entendia que o quinto ponto, o topo da pirâmide, indicava a Lógica Hiperdialética e que as demais quatro constituíam a base quadrada da pirâmide, em nítido processo cumulativo. Embora sua perspectiva não fosse metafísica, resta evidente que, de algum modo, ele se associava a uma visão matemática, geométrica e lógica do universo. A Sampaio devemos o mote básico de nossos trabalhos e a indicação que a evolução da civilização humana se dá segundo o desvelamento e a operação de lógicas crescentemente complexas e esclarecedoras.

A Lógica Transcendental corresponde ao modo de ser de uma dimensão, e o seu padrão de movimento é aquele propiciado pelo âmbito da reta ideal que equivale ao movimento de traçar uma reta em papel. De início, não há nada, depois, o traço surge, estende-se por um tempo, até formar o segmento de reta desejado, e, então, cessa. Os momentos do movimento são três, bem caracterizados. Há um surgir, um estender-se por algum tempo e, depois, um cessar, desaparecer. A amplitude unidimensional da reta não permite movimento distinto algum. No plano objetivo, quem se comporta assim é o ser dos fenômenos que surgem na existência, persistem por algum tempo e, depois, desaparecem. No ser humano, quando se vela o corpo de um amigo que partiu, percebe-se claramente que o ser que animou aquele corpo já não se encontra mais presente. No plano subjetivo, a Lógica Transcendental patrocina alguns tipos de inferências – permite perceber surgir uma presença, constatar a permanência da presença e perceber o desaparecimento da presença. A percepção se oferece à consciência, permanece iluminando-a por algum tempo e, depois, desaparece da consciência, em movimento exatamente igual ao respectivo modo de ser. Outra inferência patrocinada pela Lógica Transcendental é a inferência de identificação: não apenas a presença é detectada, mas também guardamos na memória um nome que identifica o ser que se apresentou. Tratando-se de um amigo, rejubilamo-nos: olha, é o fulano. Uma terceira inferência patrocinada por essa lógica refere-se às inferências de busca de algo na memória, do qual momentaneamente não lembramos. Essa inferência parece auscultar um registro situado além da consciência e nem sempre obtemos sucesso ao tentar recuperar. As invenções, os processos criativos e as descobertas envolvem esse padrão de inferência. Por último, cabe indicar os atos de fé, que pressentem algo situado além da consciência e que, por alguma razão desconhecida, acreditamos existir. Esse tipo de inferência, por vezes, designamos de intuição. Todas essas inferências constituem operações mentais legítimas e indispensáveis, amparadas por lógica própria, cujo movimento demanda apenas uma dimensão e que, ocasionalmente, envolvem incertezas.

A Lógica da Diferença constitui proposição de Sampaio como lógica da simples diferença (SAMPAIO, 2001). Estabelecer diferença exige amplitude de duas dimensões, dado que exige presença de dois fenômenos, no mínimo. O padrão operativo é simples: colocados frente a frente A e B, constata-se que são distintos, sem necessidade de qualquer cálculo. Apesar disso, essa operação requer a identificação prévia de A e B, em operação patrocinada pela lógica anterior (transcendental), o que demonstra que, assim como as amplitudes são cumulativas, as lógicas também o são. No caso, a distinção pressupõe identificação. A palavra diferença representa síntese bastante precária da riqueza conceitual recepcionada ou contida na amplitude de duas dimensões. As diferenças podem variar de infinitas formas, escalas, ordens, critérios, posições, compatibilidades e assim por diante. Em última instância, são diferenças que possibilitam a geração de toda complexidade. A própria natureza limitante, a inteligência criativa, edifica-se capitalizando, ordenando, combinando, arranjando, estruturando, somando, contrapondo e, enfim, articulando inteligentemente diferenças. A própria geometria constitui, essencialmente, uma ciência de duas dimensões, rica em propriedades inteligentes estruturais às formas. Se levarmos em conta que complexificação organizativa requer memória que preserve soluções bem-sucedidas, temos de admitir que o próprio universo tem memória que resulta ser a única maneira de escapar de um eterno reinício. Dado que duas dimensões são suficientes para registrar inteligência organizativa, parece pertinente esperar que a memória

universal esteja registrada, de algum modo, em instância com tal amplitude. No mesmo sentido, o modelo sugere que o código genético dos seres vivos constitua código de duas dimensões, ainda que registrado quimicamente em três, nas células originárias dos embriões. Por essas razões, entendemos que a segunda dimensão da inteligência criativa comporta a alma dos seres vivos ou a inteligência organizativa potencial determinante do espaço de possibilidades organizativas, dentro do qual o ente ou o fenômeno em construção poderá realizar-se.

A Lógica Clássica ou Sistemática, também designada de lógica do terceiro excluído, contempla não apenas diferenças entre A e B, mas também as influências recíprocas eventualmente presentes. A terceira dimensão contempla o espaço e a matéria e as relações de causa e efeito presentes nas relações de matéria com matéria. Nos casos dessas relações de causa e efeito permanecerem estáveis, oportunizam-se as cadeias sistêmicas que estão na base das máquinas e das ferramentas que instrumentalizam a civilização tecnológica moderna e o próprio comportamento da natureza material e orgânica presente no mundo. A Lógica Clássica encontra-se formalizada desde Aristóteles, dispensando, aqui, mais considerações.

A Lógica Dialética contempla a relação dos fenômenos com suas circunstâncias na linha do tempo, daí ser designada também de Lógica da História. A sua formalização geral remonta a Proclo, que viveu no início da Idade Média. Segundo ele, a operação Dialética típica contrapõe tese e antítese, resultando desse encontro uma síntese. Dessa forma, o desenrolar da história é proveniente da interação dialética dos agentes ativos com suas circunstâncias. Essa lógica enseja a esperança de se conseguir construir um futuro conveniente. A quarta dimensão contempla o tempo que viabiliza a persistência da organização material e, no caso dos seres vivos, possibilita a ontogênese e a operação das funcionalidades orgânicas.

Finalmente, a Lógica Holística ou da Totalidade representa um padrão de movimento voltado à integração e à harmonização das partes, na construção de uma totalidade fechada em unidade. Esse padrão integrador de movimento resulta ser diametralmente oposto aos das lógicas dimensionais, no sentido de estas serem dicotômicas: no movimento de uma dimensão, contrapõe-se ser e não ser; na segunda dimensão, contrapõe-se o ser com o outro ser; na terceira dimensão, contrapõe-se causa e efeito; e, na quarta, tese e antítese, todas oposições potencialmente conflitivas. Na totalidade, ao contrário, o movimento é integrador e voltado ao fechamento da totalidade. Dado que a totalidade constitui a única forma admitida na existência, podemos considerar que a inteligência organizativa constitui a força predominante no universo, uma vez que consegue reunir elementos conflitantes para produzir complexidade organizativa. Possivelmente, essa força resulte, também, do fato de ser apenas na totalidade que partes conflitivas encontram repouso, configurando organização estável. A energia liberada pela quebra da estrutura do átomo de hidrogênio demonstra de qual força estamos aqui falando. Na Tabela Periódica de elementos, a diferença de um átomo para o seu vizinho pode ser apenas um elétron ou um nêutron, e, no entanto, não se conhece ocorrência de um átomo converter-se naturalmente em outro, o que representa outra evidência do poder unificante e determinante da inteligência organizativa. No ser humano, o sentimento de amor parece constituir a melhor expressão dessa poderosa força cósmica, mas os pensamentos ecológicos, ecumênicos e cooperativos, de alguma forma, aproximam-se dela. O domínio pleno desse modo de pensar exige a percepção da totalidade e a compreensão do seu papel na produção de complexidade e de evolução, algo bastante oposto à posição analítica da ciência moderna, que prioriza as partes e descuida do todo.

Com respeito ao plano objetivo, nossos estudos mais detidos contemplam o fenômeno humano, e nossas conclusões indicam que o modelo dimensional permite destacar aspectos essenciais da condição humana que outros referenciais não contemplam. Segundo o modelo da inteligência criativa, no caso humano, a primeira dimensão contempla o ser, a segunda contempla a alma ou a inteligência organizativa potencial, a terceira, um organismo dotado de funcionalidades, na quarta, evidenciam-se a ontogênese e as experiências existenciais, entre as quais se destacam o aprendizado e o aperfeiçoamento da capacidade inferencial. Na instância de totalidade, determinada pela inteligência organizativa efetivamente

realizada, o modelo sugere posicionar a consciência. Podemos elencar cinco razões para posicionar a consciência na instância totalizante do ser humano. A primeira delas é que, posicionada na totalidade, ela ocupa instância que transcende as instâncias ontológicas que lhe são essenciais e, com isso, justifica ter natureza distinta da natureza do organismo biológico, evidenciando por que não se encontram vestígios dela no cérebro material. A segunda razão é o fato de a consciência operar inteligência, isto é, nexos lógicos e ontológicos que, articulando elementos, configuram ou permitem configurar organização e que, no exame da Lógica da Diferença, identificamos como conteúdos próprios da amplitude de duas dimensões. Dado que definimos a inteligência organizativa efetivamente realizada como constituindo a superfície da esfera existencial – superfície de duas dimensões –, o modelo localiza a inteligência organizativa potencial, na segunda dimensão, e a inteligência organizativa efetivamente realizada, de modo coerente, também em âmbito de duas dimensões, na superfície da esfera. A terceira razão pode ser experimentada por todos com meditação voltada à percepção do próprio organismo. Ao nos concentrarmos em nosso organismo, percebemos que todas as partes do corpo estão abrangidas pela consciência e que qualquer impressão experimentada resulta consciente, independentemente da sua localização no organismo, indicando que todo ele está abrangido pela consciência. Uma quarta evidência consiste da capacidade humana de tomar imediata consciência das imagens captadas pelos olhos, as quais, independentemente da complexidade, ocupam imediatamente toda a consciência, sem necessidade de qualquer processamento mental. Para que isso aconteça, é preciso que a consciência espelhe a imagem, em processo que ilumine toda a consciência, que, para tanto, precisa ser unitária, tal como a face interna da superfície de uma esfera. Mesmo quando tomamos consciência de um conceito, percebe-se que ele ilumina e ocupa toda a consciência e que apenas se pode contemplar outro em sequência e não simultaneamente, sugerindo que ela seja monoprocessadora. Por fim, caracterizando-se o ser humano por ter consciência capaz de entender a inteligência com a qual o universo resulta construído, tal consciência afigura-se como sendo a habilidade humana superior, potencializada pela instância organizativa mais complexa que o constitui, representada, segundo o modelo, pela inteligência organizativa que configura a totalidade humana.

Palavras de encerramento

Em universo edificado por um ser, que nessa construção se vale de uma inteligência criativa, para produzir organização, na forma de inteligência organizativa, parece natural que o processo de complexificação universal acabe gerando consciência, capaz de operar inteligência e se expressar na forma de inteligência interpretativa. Nesse aspecto, não resta dúvida que a possibilidade do advento de consciência no universo estava prevista no espaço de possibilidades do processo universal de complexificação. O que pode ser questionado é se tal fato pode ser atribuído ao acaso, se constitui propósito teleológico ou se resulta contingência estrutural da dupla natureza da existência.

Independentemente das respostas que a essas questões possam ser dadas, o que parece inquestionável é que a espécie humana foi privilegiada com consciência capaz de entender a engenharia cósmica que configura o universo e nos recebe em ambiente inteligentemente organizado. Dado que, entre os milhares de seres vivos que habitam a Terra, apenas ao homem esse privilégio foi concedido, parece claro que o nosso destino inexorável é compreender essa inteligência e fazer bom uso dela.

Conforme o modelo dimensional indica, todo o universo evolui do simples para o complexo, e a razão humana evolui de igual modo, desvendando e conquistando as lógicas e os modos de ser/pensar crescentemente abrangentes utilizados pela natureza na edificação da existência. A natureza apenas obtém sucesso no estabelecimento de nova existência em ato no mundo ao atingir a configuração de totalidade. Não antes. Com isso, resta evidente que a nossa compreensão adequada da realidade apenas realiza-se plenamente com a percepção do todo e

a operação da lógica da totalidade e que os nossos problemas atuais decorrem do fato de ainda não termos atingido esse estágio evolutivo.

A natureza conspira com outros meios para que tenhamos sucesso. Ela, por exemplo, divide-nos em macho e fêmea, que organicamente se atraem e cuja união pode ser extremamente prazerosa, quando motivada pelo amor, que é uma das expressões da Lógica da Totalidade. Essa atração pode gerar um casal em convívio estável ou evoluir para uma família mais ampla, de convívio igualmente gratificante. Tanto casal como família são totalidades das quais o indivíduo faz parte por livre escolha ou por contingência. Para que uma família seja um lugar aconchegante, acolhedor e de convívio prazeroso, ela precisa ser gerida e administrada segundo os interesses comuns ao grupo – segurança, empatia, aconchego, afeto, cooperação, cumplicidade, bem-estar, respeito, compreensão – e não segundo interesses privativos de um dos membros do grupo. Basta olhar para o mundo para ver que a natureza não faz tudo igual, ao contrário, ela aposta na diversidade. No Sistema Solar, os planetas são todos diferentes, e o que vale em um não vale em outro. Apesar disso, algumas leis são comuns, sustentam todos e não se opõem à especificidade de alguns deles. Assim, também aqui na Terra, o mundo vegetal, por exemplo, comporta uma diversidade incontável, e cada vegetal tem características que são privativas dele ou de sua espécie. Apesar disso, as florestas e os biomas são configurados não pelos interesses ou pelas características privativas de algum indivíduo, mas por leis e interesses que são comuns a todos e não impedem a ocorrência de especificidades individuais. Esta é a ordem da engenharia cósmica: existem princípios universais, princípios gerais localizados e outros de validade muito restrita. Os primeiros viabilizam o universo como cosmos organizado capaz de receber diversidade, e os últimos promovem a rica e potencial diversidade que faculta ao universo encontrar novos caminhos de complexificação.

A engenharia cósmica funciona magnificamente na natureza desprovida de livre arbítrio e deve funcionar igualmente bem com seres inteligentes que tenham conquistado o pensamento da totalidade, isto é, que tenham domínio pleno da razão, porque entenderam a inteligência criativa que configura e rege o universo. Uma consciência inteligente distingue a parte do todo e não vai cometer a imbecilidade de tentar impor ao todo interesses, princípios ou leis de validade privativa de uma parte. As dificuldades que temos enfrentado com nossas instituições destinadas a viabilizar o convívio social decorrem, majoritariamente, de gestores desprovidos de compreensão das leis universais, sem capacidade de distinguir a parte do todo e, conseqüentemente, sem compreender o papel que lhe cabe como administrador de uma totalidade.

Esse problema é sério e impacta a vida em todos os níveis, inclusive no plano individual. O indivíduo é também uma totalidade complexa feita de partes, destacando-se, no seu organismo, milhões de células e de bactérias que precisam atuar cooperativamente para que a organização do seu todo seja preservada. Se uma célula ou um grupo de células resolverem adotar posição revolucionária contrária à ordem natural do organismo, pode gerar úlcera ou algo pior e levar tudo para a sepultura. A preservação da saúde orgânica, do equilíbrio mental e do bem-estar social constitui responsabilidade indelegável do indivíduo e, em razão disso, cabe-lhe certo egoísmo em busca de seus interesses pessoais privativos. Esse bem-estar pessoal e social pode ser amplamente beneficiado pelo pertencimento a uma família que ofereça ambiente saudável e aconchegante. Só que família capaz de oferecer uma redoma de bem-estar exige gestão pautada em interesses coletivos e não em egoísmos individuais. Portanto, superar ou controlar egoísmos, para uma mente inteligente, não significa sacrifício, mas, sim, inteligente e conveniente decisão. O mesmo se aplica à gestão das instâncias coletivas da organização social. As concepções patrimonialistas predominantes nos governos modernos testemunham ignorância das leis universais e desconsideração da instância de totalidade.

De qualquer forma, se o processo de complexificação do universo trouxe-nos até aqui, sem depender da opinião dos homens, e concedeu-nos livre arbítrio, é porque a natureza aposta alto na espécie humana e deve ter lá seus planos para nós, assim que a compreendermos corretamente.

Referências

BINI, Edson. *Platão*. Diálogos IV. Tradução, textos complementares e notas. São Paulo: Edipro, 2009. 304 p.

_____. *Platão*. Diálogos V. Tradução, textos complementares e notas. São Paulo: Edipro, 2014. 287 p.

CATTANEI, Elisabetta. *Entes matemáticos e Metafísica: Platão, a Academia e Aristóteles em confronto*. Prefácio de Imre Toth e Thomas A. Szlezak. Tradução de Fernando S. Moreira. Revisão técnica de Marcelo Perini. São Paulo: Loyola, 2005. 486 p.

RODRIGUES, Rubi. *Uma tentativa de radicalização das noções husserlianas de intencionalidade e redução, visando uma teoria holística da racionalidade*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Fenomenologia). Departamento de Filosofia. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 1993. 130 p.

_____. *A razão holística: método para o exercício da razão*. Brasília. Thesaurus, 1999. 271 p.

_____. *Teoria dos princípios... de Platão?* Brasília. Thesaurus, 2016. 319 p.

_____. *Teoria metafísica do conhecimento*. Estudos platônicos, Brasília. [s.n.]. 2017. Disponível em: <<https://segundasfilosoficas.org/teoria-metafisica-do-conhecimento/>>. Acesso em: 10 maio 2021.

_____. *Teoria do conhecimento II: uma teoria metafísica do conhecimento*. Estudos platônicos, Brasília. [s.n.]. 2018. Disponível em: <<https://segundasfilosoficas.org/sem-categoria/teoria-do-conhecimento-ii/>>. Acesso em: 10 maio 2021.

SAMPAIO, Luiz Sérgio Coelho de. *Lógica da Diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. 171 p.

_____. *Filosofia da Cultura – Brasil: luxo ou originalidade*. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2002. 377 p.